

GRUPO PRODUTIVO DE MULHERES CAMPONESAS NO DISTRITO DE ARAPUÁ – TRÊS LAGOAS/MS

Clariana Vilela Borzone¹

Resumo

O presente artigo busca destacar a autonomia construída pelas mulheres camponesas que compõem a Associação de Produtores do Campo, no distrito rural de Arapuá, em Três Lagoas/MS, através de seu trabalho produtivo com hortas agroecológicas e produtos da indústria doméstica. Por meio da associação, criada em 2016, foi possível conquistar espaços de comercialização dos produtos, representando uma estratégia para a permanência no campo em uma região de alta concentração fundiária e expansão do agronegócio, com destaque para a territorialização do setor de celulose. Com dados e entrevistas, o artigo busca compreender as relações de gênero na área de estudo e destacar o protagonismo das mulheres camponesas.

Palavras-chave: Campesinato, Relações de Gênero, Agroecologia.

Introdução

O presente artigo propõe uma reflexão acerca da autonomia do trabalho das mulheres camponesas sob a perspectiva feminista, compreendendo que o modo de produção capitalista se apropria do trabalho feminino, que apesar de contribuir significativamente na renda e reprodução da família, é invisibilizado pelas desigualdades de gênero, historicamente naturalizadas pela estrutura social de dominação masculina conhecida como patriarcado (MACHADO, 2000, p. 3). Portanto, o objetivo deste estudo é evidenciar um conjunto de situações, relações e narrativas das mulheres camponesas na construção de suas identidades e fortalecimento de suas articulações e organizações em um cenário marcado pela hegemonia do agronegócio. O estudo em questão localiza-se na região leste de Mato Grosso do Sul (MS), especificamente em Três Lagoas, principal município em termos econômicos e populacionais da região, onde os distritos rurais encontram-se ameaçados, haja vista a evasão do campo e a redução de empregos na área rural, como consequência da redução das áreas de pastagem em detrimento dos monocultivos de eucalipto com a recente territorialização do setor de celulose, assim como pela elevação do preço das terras, como aponta Nardoque (2016a, p. 3-5). Portanto, neste cenário marcado pelas disputas territoriais cuja hegemonia no campo é a agricultura capitalista, trazemos no presente trabalho algumas considerações sobre a

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus Três Lagoas. E-mail: clarianavb@gmail.com

importância de se analisar o desenvolvimento produtivo no campo, partindo de uma abordagem de gênero. Tendo como pano de fundo o meio rural, abordaremos as experiências do grupo produtivo das mulheres do distrito rural de Arapuá (Três Lagoas/MS). Esse grupo se uniu fundando uma associação, a ASPROCAMPO - Associação de Produtores do Campo, composta por 22 pessoas, sendo 19 mulheres e três homens. Sob essa perspectiva, de acordo com Pacheco (1996, p. 1), o trabalho produtivo realizado pelas mulheres no âmbito da agricultura familiar é grandemente subestimado pelas fontes estatísticas oficiais, pois parte-se da premissa que a mulher ocupa o espaço da casa e que sua ocupação principal é, portanto, a atividade doméstica. Para tanto, o artigo buscou compreender a construção de estratégias dessas mulheres camponesas no fortalecimento dos seus processos de auto-organização e reprodução social e trazer à luz suas experiências enquanto luta para permanência na terra.

Os caminhos

Para construir o estudo, foram utilizadas categorias de análise que nos permitem a compreensão da questão agrária brasileira, juntamente com elementos dos estudos de gênero, especialmente os ligados à Geografia. Analisamos aqui a territorialização do monopólio do setor de celulose, no viés de Oliveira (2016, p. 215-216), compreendendo as relações capitalistas que controlam o território, trazendo graves consequências sociais e ambientais, com o aumento da concentração fundiária, expropriação dos recursos naturais e da flora e fauna nativas, amplo uso de agrotóxicos e prejuízos à produção de alimentos e à saúde, principalmente da população rural, cada vez mais cercada pelos monocultivos.

Compreendemos também a pluralidade de interpretações sobre a permanência e a reprodução camponesa no capitalismo, e aqui concordamos com Almeida (2006, p. 216), quando afirma que por mais que haja distinções entre determinados grupos camponeses, é possível observar um *habitus* em comum que os agrega, o *habitus* de classe camponês. Tal análise se faz esclarecedora ao estudar grupos com diferentes concepções da luta pela terra, como é o caso do grupo em questão, que apesar de não ser composto de assentadas/os, está inserido na mesma lógica do capital e, assim, pode encontrar maneiras similares de se relacionar com o trabalho e o território, e criar estratégias de permanência no campo.

Para observar as questões de gênero, faz-se necessário buscar uma metodologia que compreenda essas questões, como aponta Ferré (2004, p. 6), consciente dos debates feministas que fundamentam a busca e interpretação dos dados, considerando com igual importância os

métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa, destacando a subjetividade como elemento fundamental para compor as lentes de análise dos dados objetivos. Assim, compõem a metodologia a produção de dados primários através de entrevistas semi-estruturadas com mulheres do grupo produtivo, buscando traçar o perfil das relações de gênero que compõem suas dinâmicas nos espaços privado e público, dicotomia emblemática no que tange a discussão feminista, como abordada por Miguel e Biroli (2014, p. 15). Também resulta importante observar a relação das camponesas com a agroecologia, a partir da implantação, em 2013, das hortas fomentadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que seguem a Tecnologia Social de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS). A partir disso, também são observados os novos canais criados para escoamento de seus produtos, e a inserção desse grupo nas políticas públicas de fomento à agricultura camponesa, visando observar a importância do fortalecimento da economia local como forma de enfrentamento das consequências ambientais e sociais derivadas da mundialização da agricultura.

A concentração de terras no leste do MS e a expansão do complexo eucalipto/celulose

A região leste do Mato Grosso do Sul se caracteriza por extrema concentração de terras, originalmente voltadas principalmente à pecuária, e que, nos últimos dez anos, tem sido palco da grande expansão do monocultivo de eucalipto para a formação do chamado “vale da celulose”. Destacamos que o setor da celulose é um dos mais monopolizados do agronegócio, com poucas empresas que dominam o mercado brasileiro (ALMEIDA, 2010, p. 3-4). No Gráfico 1 a seguir, é possível perceber a concentração fundiária no município de Três Lagoas e a grande desigualdade entre os estabelecimentos voltados à Agricultura Familiar, ou seja, áreas consideradas pequenas, formadas por até quatro módulos fiscais, e os de Agricultura não-familiar, com mais de quatro módulos fiscais.

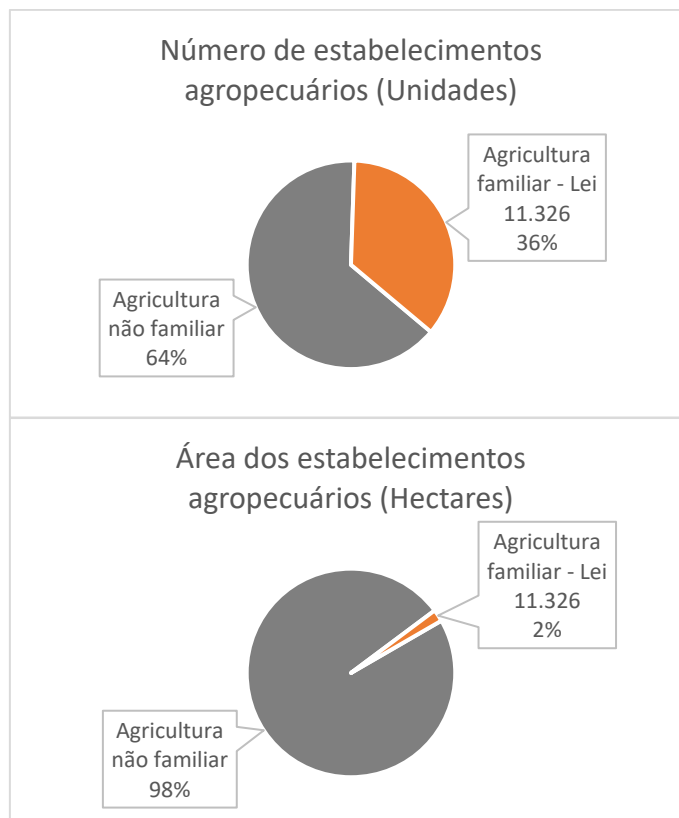


Gráfico 1. Comparativo de número e área de estabelecimentos entre Agricultura Familiar e Não Familiar no Município de Três Lagoas. Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE. Organizado pela autora.

Embora os estabelecimentos de agricultura familiar representem 36% das unidades, possuem apenas 2% da área total. Sendo assim, as áreas destinadas à recriação camponesa, por conseguinte à maior parte da produção de alimentos, são extremamente reduzidas, caracterizando a hegemonia do agronegócio. Essa situação facilita sobremaneira a territorialização do setor de celulose na região. Nardoque (2016a, p. 4), quando analisa os municípios do leste do Mato Grosso do Sul, aponta que:

Estes municípios têm economia baseada, principalmente, na atividade pecuária de bovinocultura de corte, com forte concentração fundiária. Nos últimos anos houve diversificação das atividades econômicas, principalmente com marcante presença de atividades industriais, como as agroindústrias. Em Três Lagoas destacam-se as de celulose, metal-mecânica e de alimentos; em Aparecida do Taboado e Paranaíba as do setor de metal-mecânico e sucroalcooleira – especialmente pelas vantagens comparativas de proximidade com o Estado de São Paulo, disponibilidade de terras, fonte hidroenergética, rede fluvial, rodoviária e ferroviária, incentivos creditícios (via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES) e fiscais (renúncia fiscal por parte do Governo de Mato Grosso do Sul e dos municípios). Devido a influência da indústria de celulose, houve expansão de monocultivos de eucaliptos por vários municípios, sobretudo em Três Lagoas, Selvíria e Água Clara, modificando o perfil agrário (reconcentração de terras) e agropecuário, diminuindo,

consequentemente, as áreas tradicionais de pastagens e de produção de alimentos de origem vegetal.

Este mesmo autor (2016a, p. 8) denuncia que os latifúndios na região possuem outra característica marcante: altos níveis de absenteísmo, ou seja, seus proprietários não habitam nas fazendas, muitas vezes vivem em outros estados (São Paulo e Paraná, principalmente), como observado na Figura 1, o que facilita a expansão dos monocultivos de eucalipto em fazendas que anteriormente tinham pastagem e gado, pois somente são consideradas as questões econômicas, não se percebendo, por parte dos proprietários, os impactos dessa transição, como os relatos de moradores do desaparecimento de nascentes, o esvaziamento do campo e a perda da biodiversidade (KUDLAVICZ, 2011).



Figura 1. Foto de fazenda no entorno de Arapuá. Três Lagoas, 2017. Foto tirada pela autora.

Na Figura 1, é possível notar que a fazenda foi arrendada para o eucalipto (ao fundo), e que a proprietária vive em Castilho, a exemplo do que foi exposto anteriormente. Dada a apropriação hegemônica do território pelo capital, a situação do campesinato é de grande desigualdade de forças. Embora também seja importante destacarmos as vitórias das lutas camponesas na região leste do MS: há 32 projetos de assentamentos e reassentamentos,

abrigando 5.811 famílias em 169.709,87 de hectares conquistados. (INCRA, MS, 2010, apud ALMEIDA, 2010, p. 6).

Em Três Lagoas, há dois assentamentos de Reforma Agrária e dois distritos rurais, localizados na Figura 2 a seguir:

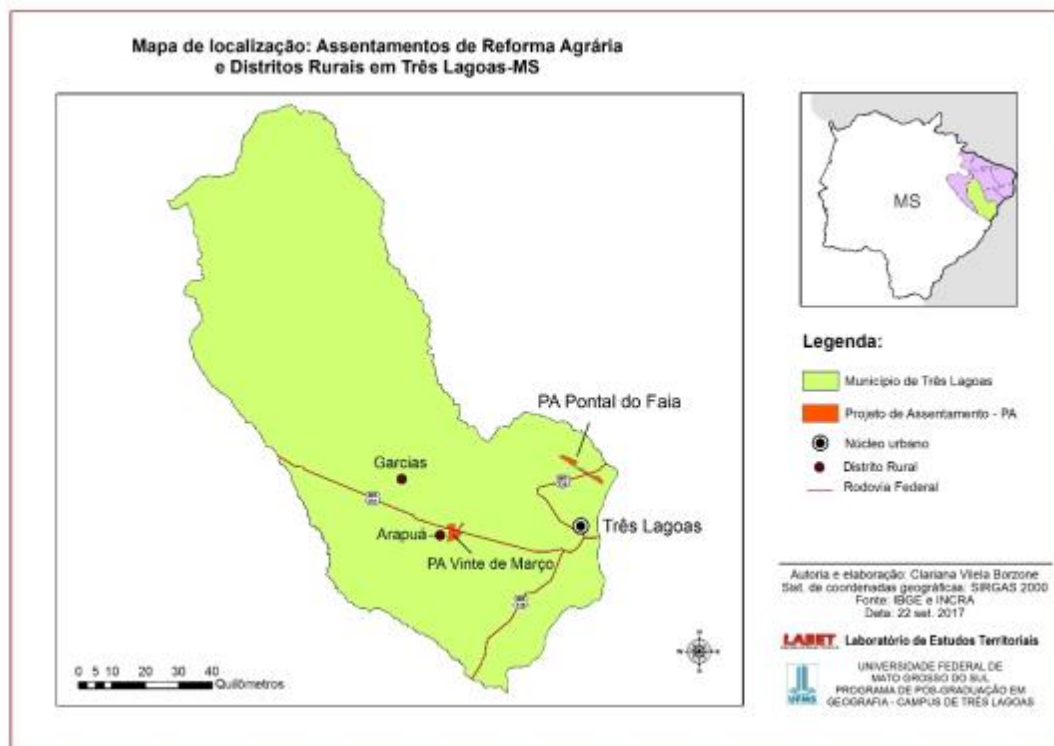


Figura 2. Mapa de localização de assentamentos e distritos rurais em Três Lagoas. Fonte: IBGE e INCRA, 2017. Elaborado pela autora.

Apesar de os assentamentos de reforma agrária serem áreas pequenas face à área do agronegócio, é importante salientar que são fruto de anos de luta de camponeses e camponesas pela conquista da terra.

O distrito rural de Arapuá é bem próximo ao PA Vinte de Março, há inclusive relações de parentesco e amizade entre assentados/as e residentes de Arapuá. Os dois lugares ficam a 45 e 37 quilômetros, respectivamente, da cidade de Três Lagoas.

O Distrito de Arapuá está localizado a 45 km da cidade de Três Lagoas/MS, criado pela lei nº2.067 de 14 de dezembro de 1963. Porém o histórico de ocupação das terras do distrito remonta aos meados do século XX quando a Brazil Land Cattle, adquiriu, por concessão junto ao governo brasileiro uma área de 759.087 hectares (SENADO FEDERAL, 1960). Esta mesma área, durante o Governo de Getúlio Vargas, em 1937, foi retomada e passou a fazer parte da Superintendência das Empresas Incorporadoras ao Patrimônio Nacional. Em 1952, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização S/A (CAIC) adquiriu da Superintendência das

Empresas Incorporadoras ao Patrimônio Nacional uma área de 606.700 hectares, que passou a se chamar Fazenda Arapuá, onde está localizado o distrito de Arapuá. (MEDEIROS, SILVA, 2016, p. 4)

A Fazenda Arapuá foi dividida em lotes, primeiramente em 1956, e depois em 1963. O distrito passou a ser cercado por pequenas propriedades, que cultivavam diversos produtos alimentares, como arroz, milho, feijão e mandioca. Também havia fazendas maiores que abrigavam muitas famílias, portanto o distrito de Arapuá conta com uma escola desde 1976, que atende crianças e jovens que vivem no entorno.

No entanto, Medeiros e Silva (2016) relatam as grandes mudanças percebidas na escola com a expansão dos eucaliptos, com diminuição na quantidade de alunas/os, além de aumento na rotatividade ao longo do ano, devido à mobilização dos trabalhadores e à expulsão de grande parte das famílias que viviam nas fazendas. Hoje Três Lagoas conta com 5% de população rural, evidenciando a concentração urbana causada pelo dito desenvolvimento econômico (IBGE, 2010).

Lutas das mulheres no campo

O meio rural brasileiro sempre foi palco de inúmeros conflitos. As lutas no campo giraram em torno do questionamento da estrutura agrária e das suas desigualdades. Embora as mulheres sempre estivessem presentes nas lutas, inclusive como lideranças, é a partir dos anos 1980 que começam a surgir lutas específicas das mulheres, que trazem ao debate público questões de gênero (JALIL, 2013, p. 34).

O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA, atualmente MMC – Movimento de Mulheres Camponesas) surgiu em 1981, em meio à Ditadura Militar que criminalizava os movimentos sociais. As mulheres, excluídas da participação sindical dos movimentos de luta pela terra, passaram a se organizar para a sindicalização feminina, em resposta a essa exclusão. Suas reivindicações, além da própria luta pela terra, incluíam os direitos das trabalhadoras como sujeitos políticos, contestando a invisibilidade do trabalho rural e doméstico, e buscando maior participação na esfera pública (BRUNETTO, MARTINS, 2014). As trabalhadoras rurais exigiam reconhecimento e direitos trabalhistas integrais, uma vez que apenas as trabalhadoras urbanas possuíam direitos previdenciários e trabalhistas. Com a assembleia constituinte de 1988, os movimentos sociais e populares influenciaram o

texto constitucional, buscando criar mecanismos para uma ampla reforma agrária no país – embora as forças ruralistas também tenham se unido contra isso. Em 1995, após anos de mobilização feminina nos movimentos rurais, foi criada a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural, finalmente trazendo avanços para os direitos trabalhistas das mulheres do campo (JALIL, 2013, p. 33-36).

A partir de 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), a titularidade da terra concedida pelo programa de Reforma Agrária passou a incluir obrigatoriamente o nome do casal, pois até então os lotes eram registrados apenas em nome do marido, assim como a documentação relativa à produção camponesa, permitindo às mulheres acessarem créditos rurais independentes de um homem. A partir de 2007, as mulheres responsáveis pelo sustento da família passaram a ter direito preferencial à terra. Sendo assim, há um longo caminho político traçado com muita luta pelas mulheres até os dias atuais.

Na esfera privada, há também muitas mudanças em curso, que transparecem em algumas falas das entrevistadas. A construção da autonomia feminina se fortalece com a escolarização, que permite a ampliação dos espaços que as mulheres podem ocupar, reduzindo o poder de dominação masculina herdado do patriarcado. Dona H., uma das associadas da ASPROCAMPO, conta que estudou até conhecer o marido, quando então deixou os estudos:

Vim pra cidade com 17 anos pra estudar, mas conheci meu excelentíssimo, né. Mudei pra cá em 70, casei em 74, ele era da barragem e foi correr atrás das barragens, parei de estudar. (...) Aí logo engravidei, né. O marido foi transferido lá pra Primavera, chegamos lá e começou a ficar muito difícil, pra levar a criança no médico quando ele não podia, aí eu tirei carta [de motorista]. Aí eu vi que eu era capaz de fazer alguma coisa. Tirei nota 10 no exame. Eu fiquei maravilhada. Então voltei a estudar. Dois meninos pequenos e voltei pra escola. Aí ele transferiu pra cá [Três Lagoas], eu continuei, continuei. Eu tinha uma dificuldade enorme em português. Por isso que eu falo que fui analfabetizada. Tinha uma dificuldade, e tenho até hoje. Aí fiz magistério, você já pensou? Quando foi pra eu começar a dar aula, o marido falou "não, minha linda, vai trabalhar na escola?". Porque eu fui criada pra ser dominada. É a história da mulher. Mas criei minha filha de uma forma diferente. Falei "filha, se você não quiser ser uma doméstica, uma do lar, estuda. Faz uma faculdade que é melhor." (H., em depoimento colhido pela autora em 12 set. 2017. Três Lagoas)

Seu depoimento evidencia o valor da educação para construir seu próprio valor, sua própria percepção de ver “que era capaz de fazer alguma coisa”, e recuperar a estima para

voltar a estudar. E também de como ela repassa esses valores à sua filha, pois através dos estudos, segundo ela, é possível mudar o padrão de estar confinada à invisibilidade doméstica.

Uma associada mais jovem, J., que pertence a outra geração, possui inclusive ensino superior completo, evidenciando os espaços conquistados pelas mulheres entre as gerações. Segundo ela, “Tudo vai mudando, hoje em dia graças a deus tem mais liberdade, pra gente poder fazer tudo, trabalhar, porque antes só podia trabalhar em casa.” (J., em depoimento colhido pela autora em 12 set. 2017. Três Lagoas). A entrevistada relatou que trabalhava como contadora, porém deixou o trabalho formal para cuidar da educação da filha de um ano. No entanto, é associada da ASPROCAMPO e contribui por meio de sua formação, auxiliando seu pai e sua mãe, que são sitiantes em Arapuá e agricultores.

Sobre a ASPROCAMPO

A Associação dos Produtores do Campo, fundada em 2016, é composta por 22 pessoas, sendo 19 mulheres e três homens (viúvos); a maioria oriunda de pequenos sítios, mas há também uma assentada no Projeto de Assentamento (PA) Vinte de Março, que fica próximo ao distrito de Arapuá. Uma diferença notável desse grupo é que não se trata de um espaço camponês coletivo fruto da Luta pela Terra, como um acampamento ou assentamento, em que a organização coletiva está pré-determinada pela sua própria formação. Aqui, são famílias oriundas de pequenas propriedades rurais, que a princípio trabalhavam individualmente, porém se encontraram em uma situação em que a organização coletiva era favorável à própria sobrevivência individual. E ainda, essa organização se concretiza pelo movimento das mulheres, destacando-se aqui o protagonismo feminino como mobilizador de lutas do campesinato. Acerca do surgimento da associação, a vice-presidenta A. nos relata:

Então, é que a gente já era um grupo de amigos, sempre fazia uma festinha lá na Serraria, todo mundo tava junto. (...) A gente juntava pra fazer quadrilha na igreja, e ele [o agrônomo que faz assistência técnica do PAIS] disse "Por que vocês não montam uma associação, né? De mulheres?". Até então não ficou só de mulheres, tem alguns homens. A maioria são mulheres. Aí começou, todo mundo achou legal, "vamos mexer", aí a V. foi atrás, o D., vamos fazer tudo certinho, fazer associativismo, né. Fomos atrás pra fazer estatuto, regimento, tudo no papel pra não ter problema nenhum. (A., em depoimento colhido pela autora em 12 set. 2017. Três Lagoas)

Com a associação, o grupo pôde iniciar sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2017, encontrando meios de escoamento de seus produtos, que antes muitas vezes se perdiam, ou eram doados. Isso permitiu que elas aumentassem sua renda familiar, além de ter atividades semanais para realizar fora do ambiente doméstico, levando as mulheres a romperem o papel secundário de donas de casa, assumindo o protagonismo de suas vidas através do poder econômico.

Pelo pouco tempo que a gente tem, eu acho que tá caminhando. Agora tem essa feira aqui, é um progresso a mais também, isso é muito bom. Porque antigamente a gente ficava só em casa. Colhe muito mamão? Joga fora, perde. E agora não, todo fim de semana o pessoal pede bastante coisa, o pessoal entrega. Dos 22 não são todos que mexem com verdura, uns 50% mexem com leite. É um ou outro que mexe com horta. Então tem 9 escolas que a gente entrega esse semestre. A gente estava com 5 escolas, agora mudou pra 9. Então é uma renda a mais. (...) Só de a gente estar nessa feira, né, na escola, e outra: o dinheiro é vivo, né. Então na semana, você pegar 100, 200, 300 reais por semana, pra quem não pegava nada?? Trabalhando em casa e perdendo as verduras? (A., em depoimento colhido pela autora em 12 set. 2017. Três Lagoas)

No depoimento de J. a seguir, há até mesmo uma inversão do lugar comum que qualifica o trabalho feminino como “ajuda”, pois ela diz que, nas atividades da associação, os homens é que ajudam as mulheres:

Sempre a V. quis fazer alguma coisa lá pra ajudar o pessoal, porque lá o pessoal não tem tanto recurso, não tem pra onde vender as coisas. Agora que começou mesmo, depois dessa associação. Só tinha mais recurso mesmo quem tem mais boi, quem tem lote maior, agora pro pequeno produtor é complicado trabalhar. Pra vender em escola, em mercado, coisa assim, tudo precisa de nota hoje em dia. E não tinha como eles terem por ser pequeno produtor, né. Então foi assim que a gente juntou, e diz que a mulher vai fazendo a força, né. Tinha muito mais força do que os homens, então a gente se juntou, as mulheres fizeram a associação e os homens vão ajudando a trabalhar. Um ajuda o outro. (J., em depoimento colhido pela autora em 12 set. 2017. Três Lagoas)

Recentemente, a associação integrou-se a um projeto de extensão da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul², realizando uma feira agroecológica semanal em um dos campi dessa universidade, em Três Lagoas, como observado na Figura 3. Como um dos gargalos da agricultura familiar camponesa é a venda e escoamento de produtos, é notável que a associação tenha surgido a partir da dificuldade de encontrar mercados de venda, e da consequente busca por alternativas para a superação de tal empecilho.

² O projeto intitula-se “Feira de produtos em Transição Agroecológica da agricultura camponesa em Três Lagoas-MS (2016)”, e é coordenado pela Prof^a Dr^a Rosemeire Aparecida de Almeida.



Figura 3. Inauguração da Feira Agroecológica na UFMS-Unidade 1 e as mulheres da ASPROCAMPO. Três Lagoas, 2017. Foto da autora.

Foi observada determinada dinâmica no Projeto de Assentamento (PA) 20 de Março, próximo a Arapuá, que também levou as mulheres de lá a se destacarem na organização coletiva. Em decorrência da divisão sexual do trabalho, que determina o homem como provedor, enquanto cabe à mulher o espaço doméstico, muitos dos homens desse assentamento trabalham fora de suas terras, vendendo sua mão de obra, em grande parte para as próprias empresas de celulose que rodeiam o assentamento, em um processo descrito por Oliveira (2003, *apud* NARDOQUE, 2016b) de proletarização do campesinato pela agricultura capitalista. Dessa maneira, cabe às mulheres a organização da comunidade, e isso facilita a elas sua participação e mobilização políticas dentro do assentamento. Já nas pequenas propriedades rurais estudadas, nota-se um campesinato mais tradicional; em alguns sítios, há melhores condições para resistir à sua proletarização, mas os homens se dedicam principalmente ao gado; em outros sítios, porém, há também a saída do homem para trabalhar fora como assalariado. Em ambos os casos, as mulheres acabam encabeçando os cuidados com as hortas agroecológicas, principalmente com a implantação do PAIS, com o modelo de horta em mandala observado na Figura 4.



Figura 4. Horta do modelo PAIS implantada em Arapuá. Três Lagoas, 2017. DELLAMAGNA, Vanda.

Sendo assim, percebemos a ligação entre as mulheres e a agroecologia, tendo as hortas e a indústria doméstica como extensão dos cuidados da casa, fornecendo alimentos saudáveis para a família e para os/as demais consumidores/as. A partir da feira iniciada na universidade, o grupo conquistou também uma feira em um condomínio residencial na cidade de Três Lagoas, que acontece semanalmente. Essas conquistas representam o poder de mobilização política e social das mulheres que compõem o grupo, que seguem abrindo portas e caminhos para construir sua autonomia para além de suas casas.

Considerações Finais

A partir das observações e análises levantadas, foi possível obter melhor compreensão e permitir maior visibilidade do protagonismo feminino no processo de recriação camponesa no distrito de Arapuá. Assim como a lógica do campo escapa à lógica de reprodução do capital, a participação feminina nas decisões políticas escapa à herança de dominação masculina que ainda vivemos. Portanto, o lugar em comum dessas duas exceções é um respiro de esperança no mundo atual.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Rosemeire A. *Identidade, distinção e territorialização; o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, 2003.
- ALMEIDA, Rosemeire A. A territorialização do agronegócio do eucalipto na região leste de Mato Grosso do Sul e os impasses à Reforma Agrária. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. *Anais...* Porto Alegre, 2010.
- BRUNETTO, Sarue; MARTINS, Fábio. Movimento das Mulheres Camponesas e sua relação de resistência com a ditadura militar. *Revista Santa Catarina em História*. Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984-3968, v.8, n.1, p. 105-114, 2014.
- FERRÉ, Mireia Baylina. Metodología para el estudio de las mujeres y la sociedad rural. *Estudios Geográficos*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, España, v. 65, n. 254, p. 5 - 28, 2004.
- JALIL, Laeticia Medeiros. *As flores e os frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais*. 2013. 206 p. Tese (Pós-graduação em Ciências Sociais) – UFRJ, Rio de Janeiro.
- KUDLAVICZ, Mieceslau. *Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas. 2011.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?* Artigo escrito após a apresentação no Simpósio “Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo” na 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência em Brasília, julho de 2000. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf. Acesso em 20 set. 2017.
- MEDEIROS, Jociene Rosa de; SILVA, Mariele de Oliveira. *EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO: os jovens camponeses estudantes e as transformações ocorridas nos últimos anos na região de Arapuá*. Trabalho de Final de Curso (Especialização em Educação do Campo). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. 2016.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. 1 ed. São Paulo : Boitempo Editorial, 2014.
- NARDOQUE, Sedeval. Questão agrária no Território Rural do Bolsão/MS. In: XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. *Anais...* São Cristóvão, SE, 2016a.
- _____. A relação campo-cidade: Abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPOSITO, E.; SILVA, C.; NETO, J.; MELAZZO, E. *A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016b. p. 255-286.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A mundialização da Agricultura Brasileira*. São Paulo : Iãnde Editorial. 2016.

PACHECO, M. E. L. *Sistemas de Produção: Uma perspectiva de gênero*. Uma versão preliminar deste texto, foi apresentada no workshop “Gênero, Democracia e Políticas Públicas - construindo referências para a política de atuação das ONGs Brasileiras”. Coordenação de SOS CORPO Gênero e Cidadania e apoio da entidade alemã GTZ. São Paulo, p. 1-13, 1996.